

PT informa

Secretaria Nacional de Mulheres do PT

Mulheres

Nº 11 Setembro 1999

Editorial

É fundamental que nos encontros setoriais estaduais, e também no nacional, possamos discutir e aprofundar temas que objetivam debater e alterar a situação das mulheres na sociedade.

*Como forma de difundir e ampliar este debate editamos o **PT Informa Mulheres** com o texto que publicamos no Caderno de Teses do II Congresso Nacional do PT.*

Secretaria Nacional de Mulheres do PT

O PT e a luta das mulheres

A preparação do Congresso deve ser um momento de discussão de nosso projeto político e das propostas que o partido defende na sociedade. Desde o surgimento do PT lutamos para que o partido se construa com uma visão socialista e feminista. Neste momento, consideramos indispensável renovar e aprofundar este compromisso. A luta pela libertação das mulheres é parte essencial da luta anticapitalista, ainda que não se restrinja aos marcos da mudança do sistema econômico. Na história do partido, a organização das mulheres tem sido um elemento importante na sua vida política e para a construção do programa. Este é um texto inicial para abertura do debate. Esperamos, até o Congresso, apresentar propostas abordando outros pontos em pauta.

Fortalecer as mulheres, expandir a cidadania, aprofundar a democracia

Na sociedade, as mulheres estão em posição de desigualdade nos níveis econômico, social e político. O poder dos homens sobre mulheres se expressa no conjunto das relações sociais fazendo com que as mulheres participem nos diversos espaços da sociedade em condições de subordinação.

As relações desiguais de gênero estão sustentadas pela divisão sexual e desigual do trabalho, pelo controle do corpo e da sexualidade das mulheres, pela violência sexual e doméstica, pela exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão, pelo trabalho doméstico e o cuidado dos filhos e da família. O atual modelo de desenvolvimento capitalista se utiliza dessa opressão para a manutenção de uma sociedade que exclui vários setores e estrutura várias desigualdades articuladas entre si, de classe, raça, gênero, geração.

Nesse modelo, o Estado sempre intervém com o pressuposto de que as mulheres são um recurso disponível

para complementar suas políticas. Dessa forma, não considera prioritário e, em geral, nem necessário, se preocupar com a socialização do trabalho doméstico, com o cuidado das crianças e dos idosos. A naturalização das relações desiguais entre homens e mulheres, sua reafirmação cotidiana, tem sido um dos principais mecanismos para que mulheres e homens introjetem essa desigualdade e a reproduzam de forma acrítica, mesmo nos espaços onde a crítica social e política ao capitalismo é um aspecto importante.

A construção de uma sociedade democrática e justa deverá inverter essa lógica; exige políticas conscientes para reversão desse quadro. Um novo modelo de desenvolvimento alternativo, que busque construir uma sociedade igualitária deverá ter, como uma diretriz de caráter transversal que perpassa todas as ações, a perspectiva de alteração radical das relações hierárquicas e de discriminação entre homens e mulheres. Isso implica um conjunto integrado de políticas articuladas com setores da sociedade civil organizada, particularmente o movimento de mulheres, no sentido de garantir a igualdade entre homens e mulheres e alcançar uma cidadania por inteiro.

O PT, construído com uma perspectiva de mudança radical da sociedade, com um caráter anticapitalista, se formou, tendo como parte de seu projeto político a construção da igualdade. Garantir a coerência deste projeto é atribuir-lhe também a radicalidade da transformação das relações de gênero, como plataforma política para a transformação social.

Consideramos que uma política de combate à desigualdade de gênero deve ter três eixos de intervenção, que deverão ser desdobrados em todas as áreas: construir as condições de autonomia pessoal das mulheres e combater sua superexploração no capitalismo; incidir sobre a divisão sexual do trabalho também no âmbito

privado; e garantir a autonomia das mulheres em relação a seus direitos reprodutivos e à sexualidade.

Condições de autonomia pessoal e combate à super-exploração no trabalho

A independência econômica é um dos elementos centrais da emancipação feminina, do direito pleno das mulheres à cidadania. O crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho assalariado nas últimas décadas é extremamente positivo. Todas as análises ressaltam, no entanto, as condições de desigualdade desta inserção. As mulheres recebem em média 58% dos salários dos homens.

Entre 1985 e 1995, a PEA (População Economicamente Ativa) feminina cresceu 73%, enquanto a masculina cresceu 20,8%. Além de um crescimento no mercado formal, outro fator que contribuiu para o aumento dos percentuais é que desde 1992 há uma nova forma de contabilizar o trabalho, que leva em consideração as atividades feitas para o autoconsumo, a produção familiar, o trabalho benéfico, a participação em mutirões, entre outros. Nestas áreas, consideradas trabalho informal, a grande maioria são mulheres. E até bem recentemente não eram computadas nas estatísticas brasileiras como trabalho. Esta nova metodologia, no entanto, não avançou o suficiente para considerar o trabalho doméstico realizado pelas donas-de-casa. Caso fosse contabilizado, as taxas de atividade feminina (número de mulheres trabalhadoras/ número total de mulheres) seria superior a 95%.

Outro elemento positivo, mas que ao mesmo tempo demonstra a superexploração das mulheres, é o aumento da escolaridade feminina. A força de trabalho feminina é mais escolarizada que a masculina. Enquanto quase 25% das trabalhadoras têm mais de 11 anos de estudo, 17% dos trabalhadores homens têm esta mesma escolaridade. No entanto, isso não significa maior remuneração para as mulheres. Em todas as faixas de salário as mulheres ganham menos que os homens. Em 1995, o PNAD identificava 52,7% das mulheres como trabalhadoras sem remuneração, enquanto cerca de 28% dos homens estavam nesta mesma condição. As mulheres são a grande maioria dos que trabalham sem nenhum rendimento.

Além disso, a inserção das mulheres no mercado de trabalho se

caracteriza pela precariedade e pela segregação em ocupações de pouco prestígio e baixos níveis de remuneração. Precariedade porque estão concentradas na condição de trabalhadoras domésticas, trabalhadoras não remuneradas e para consumo próprio. Segregação, porque são, por exemplo, 92% das empregadas domésticas, 96% das professoras de ensino pré-escolar e 81% na indústria do vestuário. Há um leque restrito de opções e os salários estão cada vez mais baixos. Além disso, a taxa de desemprego é maior para mulheres do que para homens.

Esses dados mostram que, apesar da escolarização das mulheres, sua maior presença no mercado de trabalho e outras mudanças importantes, as desigualdades continuam sendo recriadas pelo capitalismo que "moderniza" suas formas de exploração. Isso cobra do PT uma análise efetiva destas novas formas de exploração e dominação para que o partido seja capaz de elaborar propostas e combater por uma política que considere as mulheres com direito pleno ao emprego, com medidas concretas de combate à discriminação no trabalho das mulheres.

É necessário lutarmos para que se crie um programa mulher e trabalho (independente daqueles dirigidos à pobreza), com o objetivo de formular e propor programas que combatam a discriminação referente ao trabalho da mulher, informar às trabalhadoras sobre seus direitos, criar ou agilizar os canais de denúncia e punição das discriminações, assim como promover e coordenar as políticas de emprego e trabalho com este objetivo.

Para garantir a autonomia pessoal e econômica das mulheres, o PT deve lutar, entre outras coisas:

- ★ por uma educação não discriminatória que objetive formar homens e mulheres de forma igualitária; e em igualdade de condições para o mercado de trabalho;
- ★ para que o Estado e as empresas cumpram sua obrigação de garantir creches dos 0 a 6 anos; denunciar todas as formas de discriminação das mulheres no emprego;
- ★ por medidas de controle e fiscalização, associadas a políticas de promoção, que eliminem as diferenças salariais entre homens e mulheres; a discriminação salarial é um fator central na superexploração das mulheres;

★ na política habitacional priorizar a moradia no nome das mulheres, assim como garantir a posse das mulheres à propriedade rural;

★ garantir o acesso das mulheres a crédito nas políticas de geração de renda, no campo e nas pequenas e médias empresas.

Alterar a divisão sexual do trabalho na família

A entrada das mulheres na vida pública é profundamente marcada por sua situação familiar e doméstica. A sociedade constrói a identidade e a imagem masculina indissociavelmente vinculada ao trabalho fora de casa, ao trabalho considerado produtivo. A construção das mulheres é feita ao revés. Para elas a identidade é construída a partir de seu papel na família. Sua responsabilidade com o trabalho doméstico e com o cuidado com os membros da família é o determinante. Assim, sua entrada no mercado de trabalho é pautada por esta identidade que tem, como uma de suas conseqüências, a apropriação do trabalho não pago das mulheres, já que o Estado se desresponsabiliza com a reprodução cotidiana dos indivíduos. Além disso, trabalha-se com um modelo idealizado de família em que, supostamente, as mulheres ficariam em casa enquanto os homens trabalham fora. Um modelo que não corresponde à realidade da maioria das famílias brasileiras.

Não há dúvidas que o Estado deve se responsabilizar pela socialização de uma grande parte do trabalho doméstico e garantir educação e cuidado em período integral a todas as crianças. Isso implica considerar a creche (entendida aqui com a atenção até início da escola primária) como parte do sistema de ensino e estabelecer metas de transformação de ensino fundamental em período integral.

Outro ponto a ser enfrentado pelo partido é a modificação da divisão sexual do trabalho na família para que os homens também se responsabilizem por estas tarefas. A sobrecarga de trabalho para as mulheres constitui um fator de desigualdade que tem grande influência em toda sua vida. O trabalho doméstico e a responsabilidade com os filhos é, inclusive, uma das dificulda-

des encontradas pelas mulheres para sua atuação política.

Garantir condições de autonomia sobre o corpo e a maternidade. Direitos reprodutivos e saúde

A imposição da maternidade como uma carga e um destino é uma das principais características da opressão das mulheres. No mundo atual, essa imposição é marcada por uma política que tem aspectos contraditórios. Por um lado, uma maior ingerência sobre o corpo das mulheres em função da política de controle demográfico, em que as mulheres são vistas como os principais alvos. Por outro lado, pela inexistência das condições reais para que cada mulher possa planejar se quer ter filhos e em que momento de sua vida. As mulheres têm sido alvo dos métodos anticoncepcionais agressivos à sua saúde, do abuso das cesarianas como um caminho para a esterilização, da falta de opção real - para a grande maioria das mulheres- sobre qual método utilizar. Continuam sendo vítimas de mortes maternas que poderiam ser na grande maioria evitáveis, se houvesse um bom pré-natal, atendimento ao parto e pós parto. Este quadro se agrava, pois as adolescentes estão tendo filhos cada vez mais cedo. Frente à ausência de métodos anticoncepcionais e de educação sexual, no Brasil 20% dos partos são de adolescentes entre 10 e 19 anos. Por sua condição demoram mais tempo para buscar um pré-natal e além disso tem riscos específicos na gravidez e parto.

Ao mesmo tempo que as mulheres não têm um amplo acesso aos métodos anticoncepcionais e a outras informações, o aborto continua sendo para muitas a única opção de evitar uma gravidez indesejada. Isto é demonstrado pelo alto índice de aborto - 31% das gestações terminam em aborto.

O fato do aborto ser considerado um crime no país, coloca as mulheres frente ao medo e à culpa e aumenta os riscos para a sua saúde e vida, por se submeter a aborto em condições inseguras. E o serviço de saúde não cumpre nem mesmo a lei, ou seja, - atender às mulheres nos casos em que

o aborto já está previsto na legislação brasileira. Recentemente, setores conservadoras da sociedade vêm desenvolvendo campanhas tentando eliminar qualquer possibilidade de acesso das mulheres a este direito. A disputa no Congresso Nacional exige uma atuação decisiva da bancada do PT na defesa dos direitos das mulheres.

Doenças em grande parte evitáveis, como o câncer de colo do útero e o de mamas, que poderiam ser tratados precocemente, são causas de muitas mortes por falta de atendimento adequado. E a ação do governo nesta área é movida pelos interesses da propaganda política, como na campanha de prevenção do câncer promovida pelo Ministério da Saúde em 1998.

A nossa luta para construir condições de autonomia sobre o corpo e maternidade implica reverter o atual quadro das políticas sociais, em particular da saúde e assistência social. O partido, e em particular a bancada do PT, tem um papel importante na defesa destas bandeiras.

A recuperação do SUS deve ser uma prioridade e, dentro dele, a implementação do PAISM (Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher) atualizado e ampliado para além da saúde reprodutiva. Dentro dessa perspectiva nossa luta é para garantir o exercício dos direitos reprodutivos, o que implica ter acesso a anticoncepcionais, atendimento ao pré-natal, parto e pós-parto e assistência em todas as situações que envolvem risco de doença ou morte materna e garantir o tratamento em casos de infertilidade. Implica, também, defender as condições necessárias ao planejamento da reprodução, inclusive com a descriminalização do aborto e o atendimento em condições dignas na rede pública de saúde. Em relação ao parto, combater o abuso das cesarianas e incentivar o parto normal e humanizado.

Mas essa luta deverá também buscar garantir o direito das mulheres exercerem sua sexualidade: atuar para impedir qualquer discriminação por exercício de diferentes orientações sexuais, de forma que as mulheres possam exercer e ter práticas sexuais livremente escolhidas. Na prevenção da AIDS e doenças sexualmente transmissíveis, prevalece a dificuldade

na relação com os parceiros homens que, por machismo, são os principais responsáveis pela contaminação das mulheres.

A violência contra as mulheres

A violência sexual e doméstica é uma das principais manifestações da desigualdade entre homens e mulheres. Ela é exercida, sobretudo, por homens conhecidos ou da família da mulher.

No Brasil, o índice de violência é altíssimo. Algumas estimativas apontam que a cada quatro minutos uma mulher é vítima de alguma forma de violência sexista. Essa é uma realidade que se agrava a cada dia, incrementada por outras formas, como o turismo sexual, adolescentes "prostituídas", vendidas em garimpos etc.

A construção de políticas que garantam a autonomia pessoal e econômica das mulheres é essencial para alterar as relações de violência - políticas de emprego, habitação, educação e mudanças legais que possibilitem aumento de poder para as mulheres, combatendo a real condição de discriminação social, econômica e política da mulher, o padrão machista de relações entre os sexos, a impunidade dos agressores, a reprodução dessa violência pelo próprio Estado.

É necessário lutar por um programa nacional de combate à violência contra as mulheres, que articule prevenção e apoio às mulheres vítimas de violência, bem como as alterações necessárias na legislação brasileira.

O PT e as políticas públicas

O PT criou algumas marcas de administração que hoje têm influência importante na construção de políticas institucionais, ainda que seja cada vez mais débil o aspecto "renovador" das políticas públicas em suas administrações. Na área de políticas públicas dirigidas às mulheres nossa atuação sempre foi tímida, não se generalizou nas administrações e foi incapaz de se contrapor ao modelo geral desenvolvido pelo PMDB com os Conselhos da Mulher.

À medida em que o partido perde sua ousadia e vai adequando sua

lógica de governo à pressão neoliberal de redução da intervenção social do Estado, torna-se mais difícil atuar de forma consistente em políticas que, como as dirigidas às mulheres, cobram uma alteração da lógica de dominação capitalista. Nossa concepção do papel do governo na implementação de políticas públicas implica reverter a lógica do Estado, que discrimina sob a alegação de estar realizando uma política "para todos". Para isso, é essencial construir uma política que altere a atuação global do Estado e não apenas em políticas específicas.

Uma política de combate à discriminação só será efetiva se considerar que deve-se tratar desigualmente os desiguais. Para isso é necessário um *Plano de Igualdade* que estabeleça metas e medidas de combate à desigualdade entre mulheres e homens. O Estado deve remover os obstáculos e interferir sobre os fatores que reproduzem as desigualdades na sociedade. O Estado como gestor - no plano municipal, estadual ou federal - é responsável pela implementação de políticas públicas que interferem no cotidiano dos indivíduos. Estas políticas devem ser pensadas do ponto de vista de direitos. A visão de políticas públicas dirigidas às mulheres como direitos é ainda muito restrita, em grande parte porque muitas destas políticas estão diretamente relacionadas com o privado, familiar. Os organismos das administrações e governos devem:

★ *formular diretrizes, elaborar, executar e/ou coordenar políticas em todos os níveis no âmbito da administração pública, direta ou indireta, que garantam a implantação de políticas antidiscriminatórias nas áreas de trabalho, saúde, violência, educação, divisão do trabalho doméstico.*

★ *na elaboração de políticas públicas devem priorizar as áreas que interferem diretamente na situação das mulheres na sociedade, alterando sua condição de discriminação;*

★ *formular propostas de mudanças na legislação, fiscalizar e fazer cumprir a legislação que assegure os direitos das mulheres;*

★ *elaborar um planejamento sobre*

os direitos das mulheres que normatize a ação do governo de forma a alterar o padrão de relação dos organismos públicos com as mulheres como cidadãs;

★ *democratizar o debate sobre políticas públicas e decisões de governo com o conjunto da população e as mulheres, o que pressupõe reconhecer as mulheres enquanto uma força política.*

Para a implantação coordenada e coerente destas políticas defendemos a criação, dentro dos governos, de um organismo articulador de políticas. As Coordenadorias/Assessorias da Mulher são organismos de articulação e execução de políticas do Estado. Muitas vezes têm sido propostos organismos sem nenhuma força ou capacidade de articulação dentro dos governos e confundidos com as políticas de assistência social. A constituição de Coordenadorias com capacidade de atuação no mesmo nível das secretarias, de forma a poder intervir nos centros de elaboração das políticas, é um elemento chave para se construir políticas de gênero que tenham eficácia e capacidade de generalização nos governos.

Outro elemento importante da visão sobre a Coordenadoria é a concepção de relação com o movimento social e a sociedade civil. A política dos Conselhos partia de uma concepção de participação popular diferente da que defendemos no PT: trazia setores do movimento para dentro do aparelho de Estado, vinculava as representantes do movimento à indicação e aceitação do governo, agia no organismo estatal como *lobby* do movimento.

Os governos estaduais do PT têm um desafio importante e podem demarcar um campo de atuação do partido com presença nacional. A constituição das Coordenadorias em Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul são um passo importante. Se vierem a ter uma atuação significativa, isso pode alterar o quadro das políticas públicas dirigidas às mulheres em nossas administrações, que retrocederam em relação à experiência de alguns dos primeiros governos do PT. Por outro lado, no próximo ano devemos

eleger várias prefeitas e prefeitos e é indispensável que já nos seus projetos de governo estejam presentes propostas de Coordenadorias da Mulher e um programa de ação a ser implementado pelos governos municipais.

Garantir o compromisso do conjunto do PT com a luta das mulheres

A defesa de uma plataforma feminista deve ser parte essencial do programa político do PT. No seu compromisso com os setores oprimidos e na construção de sua intervenção cotidiana, o partido deve se colocar como defensor intransigente dos direitos das mulheres. Isso, freqüentemente, levantará contradições com os setores conservadores da sociedade. E, em relação ao combate à discriminação das mulheres, ao machismo, as alianças não são necessariamente fáceis. Nem sempre setores de esquerda ou progressistas compartilham uma perspectiva de igualdade de gêneros ou compreendem o papel da subordinação das mulheres na sociedade. Isso torna ainda mais importante a coerência das posições do PT. E é na defesa desta coerência que queremos pautar nossa luta e nossa intervenção no partido.



PT Informa Mulheres é uma publicação conjunta da Secretaria Nacional de Mulheres do PT e da Secretaria Estadual de Mulheres do PT São Paulo

Textos: Secretaria Nacional de Mulheres do PT

Diagramação: Alexandre Machado

Tiragem: 5 mil exemplares

Diretório Nacional do PT - Rua Silveira Martins, 132, Centro

Cep: 01019-000

Fone: 0xx11-233-1375

Fax: 0xx11-233-1300

e-mail: mulheres@pt.org.br